

PKS

PUBLIC  
KNOWLEDGE  
PROJECT

REVISTA DE GEOGRAFIA

(RECIFE)

<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia>

OJS

OPEN  
JOURNAL  
SYSTEMS

## MUDANÇAS NA FORMA DE REPRODUÇÃO CAMPONESA E EM SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO

Ana Carolina Gonçalves Leite<sup>1</sup>, Erick Kluck<sup>2</sup>, Fábio Teixeira Pitta<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Espírito Santo/PPGG/PNPD-Capes. E-mail: [carolinavecchia@gmail.com](mailto:carolinavecchia@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Estadual de Campinas/PPGH/Cnpq. E-mail: [erick@usp.br](mailto:erick@usp.br)

<sup>3</sup>Universidade de São Paulo/PPGH/Fapesp. E-mail: [pitta.fabio@gmail.com](mailto:pitta.fabio@gmail.com)

Artigo recebido em 20/09/2018 e aceito em 14/11/2018

### RESUMO

Neste artigo, discutimos as transformações nas condições de reprodução dos camponeses do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e do Médio São Francisco (Bahia), engendradas, em parte, pela ampliação do acesso ao crédito e aos subsídios estatais. Com isso, consideramos a possibilidade de interpretar o atual processo de reprodução camponesa, sobretudo no aparente contexto de “recampenização” a partir da perspectiva de sua inserção no *processo de reprodução da mobilidade do trabalho*.

Partindo do debate entre a perspectiva que afirma a superação do campesinato em função da proletarização geral da sociedade e a que afirma a reposição das condições para a reprodução camponesa, questionamos aspectos de ambas as perspectivas ao perguntar sobre o caráter da *forma social* pela qual a mobilidade do trabalho se impõe atualmente aos trabalhadores assalariados e aos camponeses.

**Palavras-chave:** Modernização; Mobilidade do Trabalho; Forma Mercadoria; Campesinato; Fetichismo.

### CHANGES IN PEASANTS REPRODUCTION FORM AND IN ITS STATE RELATIONS

#### ABSTRACT

On this article we discuss the transformations on peasant reproduction conditions from Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) and from Middle São Francisco (Bahia) that were fomented by credit access extension and State subsidies. Therefore, we interpret current peasant reproduction process, especially in a moment that seems to be of “repeasantry”, from de perspective of insertion on *labor mobilization reproduction process*.

Our concernments are inserted in a classical debate between two different Rural Geography perspectives, one that asserts peasantry overcoming because of society generalization of wage labor and other that asserts the replacement of peasantry reproduction conditions. However we intend to question both perspectives by asking about the social form that imposes labor mobility nowadays, over wage labor and also over peasants.

**Keywords:** Modernization, Labor Mobilization, Merchandise Form, Peasantry, Fetishism.

## **INTRODUÇÃO CRÍTICA SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA: ABORDAGENS TEÓRICAS DA FORMA SOCIAL**

O intuito deste artigo é debater as formas de entendimento relativas ao campesinato e sua “recriação” no momento atual da modernização. Sugerimos, portanto, uma discussão acerca da *forma social* que permite que camponeses se reproduzam atualmente em condições de dependência reificada cada vez mais semelhantes a dos trabalhadores assalariados, num contexto de generalização da mobilidade do trabalho. Com isso, refletir de que maneira o atual aprofundamento das relações entre esses trabalhadores e o Estado passou a possibilitar a reprodução camponesa, num contexto marcado pela ampliação da dependência do dinheiro como forma de mediação social.

Os estudiosos da Geografia Agrária (atualmente clássicos) abordam entre seus problemas de investigação o estudo das formas de reprodução e resistência camponesa; as formas de subordinação dos mesmos pelo capital, como, por exemplo, a extração da renda da terra; as relações que envolvem o cotidiano e as formas sociais de representação desses como trabalhadores – (ou seja, também como classe social). Em tais estudos, a apresentação teórica, como momento separado da análise dos processos sociais, nos parece reiterar uma concepção epistemológica que considera seus objetos de análise externos à totalidade da qual os próprios investigadores participam.

Essa forma de enunciar os problemas da pesquisa é assumida, acertadamente, como um avanço frente ao antigo método, herdado dos estudos de comunidade inaugurados pela Antropologia Social (mantido também pelos funcionalistas e estruturalistas), que considerava como objetos do estudo os próprios grupos étnicos ou culturais. Aquela necessidade de pesquisar algumas relações abstratas e gerais, em todos os grupos humanos tornados objetos da ciência, revelava uma pressuposição de que todas as formas de sociabilidade existentes passariam por iguais formas de mediação, variando apenas os conteúdos com que religião, família ou organização hierárquica, entre outros, seriam passíveis de definição em cada uma das mesmas.

Assim, também se criticou a perspectiva dos estudos regionais de tradição francesa, para os quais as regiões eram auto-evidentes. Entre as relações que o pesquisador teria de investigar para caracterizar cada uma delas estavam pressupostas: a busca de uma síntese pela observação da paisagem; a compreensão da mesma como relação do homem com o ambiente, sobretudo no caso das paisagens agrárias; a preocupação com a transformação das mesmas e

assim a caracterização dos *habitat* produzidos nesses processos de mudança. Esses eram os elementos previstos para investigar uma região, bastando ao pesquisador escolher se irá estudá-los, por exemplo, no Vale do Jequitinhonha ou no Médio São Francisco.

As críticas apontadas, que contribuíram com a assim chamada renovação do pensamento geográfico, não foram suficientes para assinalar a condição de externalidade dos objetos do conhecimento produzidos pela Geografia, inclusive pela Agrária, como apontamos anteriormente. Ou seja, a mudança na orientação dos estudos sobre o campesinato, que passaram a privilegiar os impactos da territorialização das relações capitalistas sobre as condições de reprodução experimentadas por esse(s) grupo(s), como algo externo, não conduziu seus pesquisadores à formulação de uma abordagem que permitisse totalizar criticamente inclusive as relações a que os mesmos se encontram submetidos e assim, na condição de personificações, também reproduzem.

A incorporação do marxismo como abordagem crítica na Geografia fez-se, assim na maioria das vezes, com a sua redução à condição de teoria e método científicos, instrumentalizados para explicar determinados processos, cujo alcance resulta sempre das disputas na conformação dos campos, entre as diferentes especialidades. Sua potência como crítica da economia política real, a que estamos todos fetichistamente submetidos, foi sendo progressivamente abandonada em favor do positivismo implícito na promessa de explicação da realidade, como discutiremos mais detidamente na seção do texto dedicada ao problema. Tal promessa deve contar consecutivamente com uma metodologia, cuja validade consiste na capacidade de funcionar como “lupa” que permite ver melhor o que a realidade efetivamente é.

Mas o marxismo também pode ser pensado como uma perspectiva de crítica total das relações que reproduzem a sociedade capitalista em todas as suas dimensões. Essa perspectiva abarca assim a crítica da própria ciência e do trabalho, entendidos ambos como formas de ser da prática da abstração real por meio da qual cada uma dessas dimensões se reproduz, e com elas também a academia ou a universidade. Ou seja, partimos da ideia de que não existem objetos (muito menos os do conhecimento científico) sem precondições, porque as relações sociais e os conceitos estão ligados. Assim camponeses e pesquisadores estão sujeitados à mesma razão real do cotidiano<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Para ambos existem como **matriz a priori trabalho, dinheiro, direito, estado, etc.** É por isso que a ciência, em seu sentido tradicional, não serve. [...] [Apontamos] para a **necessidade da crítica, que assim difere da habitual atividade científica.** (HEIDEMANN, 2010, p. 26).

Com isso, desejamos ressaltar a constituição objetivo-subjetiva da sociedade capitalista, assinalando que ela é, ao mesmo tempo, objeto e sujeito dos processos por meio dos quais se reproduz. Buscamos apresentar uma **noção crítica de fetichismo** que permita ultrapassar sua compreensão como mero encobrimento das relações sociais reais – perspectiva que propõe, como solução para a questão, o emprego de teorias e metodologias científicas, prometendo revelar o que se encontra escondido ou oculto.

Na sociedade capitalista, a aparência participa do real e o sujeito se realiza como personificação dos processos sociais que se reproduzem por meio, mas também para além do mesmo (sujeito automático). Os estudiosos da Geografia Agrária ou de quaisquer outras relações, mesmo as que não parecem imediatamente sociais, não tratam de uma realidade que lhe é nem externa, nem objetiva; ao contrário, inserem-se no processo de modernização que não assola apenas aos camponeses, mas transforma as condições de reprodução da sociabilidade em geral; e, igualmente, pensam e agem somente por meio de uma mesma matriz, que existe conformando o comportamento dos camponeses e as reflexões dos cientistas.

Buscamos a construção de uma abordagem teórica que permita atentar para esse processo de subordinação e dominação reificados, compreendendo a importância de uma reflexão sobre as suas particularidades para a crítica do mesmo, que nos possibilite o afastamento da reprodução de uma lógica identitária, atributo do processo de reprodução do valor. Para isso, torna-se importante uma discussão histórica e negativa dos fundamentos comuns da submissão generalizada à forma de reprodução da mercadoria, para identificar, partindo desses fundamentos, rupturas e cisões, procurando construir a apresentação crítica de uma totalidade que não é fechada.

Isso não significa abandonar interlocuções com as abordagens teóricas que se apropriaram parcialmente, no sentido que estamos assinalando, da abrangência da crítica marxista. O próprio problema de pesquisa desenvolvido neste texto surge da intersecção entre a crítica radical do valor dissociação e as apropriações existentes no campo da Geografia Agrária do debate sobre o imperialismo. Em um debate que se tornou clássico, essas apropriações correspondem à perspectiva que afirma a superação do campesinato (em função da proletarianização geral da sociedade) e à que afirma a reposição das condições para a sua reprodução.

Ao buscar questionar aspectos de ambas as perspectivas, sugerimos uma discussão sobre a **forma social** que permite que camponeses se reproduzam atualmente em condições de

dependência reificada cada vez mais semelhantes à dos trabalhadores mobilizados, expropriados ou assalariados (o que nos inclui como, pesquisadores e estudiosos), num contexto da generalização da mobilidade do trabalho.

Ambas as abordagens indicadas vêm sendo enquadradas como correntes ou tendências internas, com as quais a **questão agrária** foi e continua sendo pensada no Brasil (OLIVEIRA, 2003). O paradigma que reúne as duas perspectivas enuncia a tese de que o avanço do capitalismo sobre a agricultura engendra e reproduz a questão agrária como fundamento contraditório do desenvolvimento capitalista no campo (KAUTSKY, 1986; LÊNIN, 1985). O cerne da discordância entre elas se refere às distintas perspectivas de superação da contradição que (re)produz a questão agrária, no processo de superação do próprio capitalismo. Assim, existem diferentes prognósticos tanto com relação ao fim dos camponeses e sua superação pelo operariado enquanto classe revolucionária, como com relação à recriação do campesinato, no seu processo de luta, não apenas pela terra.

Como ressalta Felício (2011), o paradigma da questão agrária divide lugar com outro, o do **capitalismo agrário**, segundo o qual os conflitos produzidos pela imposição do capitalismo no campo podem ser solucionados com o seu desenvolvimento. Suas tendências internas ramificam-se entre os apologistas da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1998; VEIGA, 1991) e os do agronegócio (NAVARRO, 2010; SILVA, 1981), distinção apoiada, contudo, nos recursos do método positivista, de modo a enaltecer a hegemonia capitalista e a diluir as contradições existentes entre campesinato e agricultura capitalista: “basta ao campesinato lutar ao lado do capital tecnificado, se integrando no processo produtivo e promovendo a metamorfose do camponês em agricultor familiar” (FELÍCIO, 2011, p. 6).

Ao nos determos nas abordagens sobre o paradigma da questão agrária, é possível identificar seus limites e problematizar a mobilidade do trabalho como termo da subordinação dos camponeses ao capital, afastando a apologia completa do processo de modernização, que nos permitem pensar sobre a tese da tendência à proletarização geral da sociedade, além de elementos para refletir sobre a reposição das condições de reprodução do campesinato trazidos por Rosa Luxemburgo.

Conforme argumentou Lênin (1980; 1985), o aniquilamento do campesinato seria um resultado do desenvolvimento das grandes explorações capitalistas. Nesse processo, as condições de reprodução dessa classe seriam exauridas e os camponeses seriam submetidos a um processo de expropriação ou de diferenciação. O fundamento da **expropriação** do campesinato consistiria na perda do seu domínio sobre os meios de sua reprodução, sobretudo

suas terras (LÊNIN, 1980), enquanto a **diferenciação** consistiria na transformação dos mesmos em pequenos capitalistas, cuja produção perderia o caráter natural, em favor do mercantil (LÊNIN, 1980). A **proletarização**, quando não resulta imediatamente do processo de expropriação capitalista, decorreria da deterioração paulatina das condições de reprodução familiares, provocada pelo endividamento ou ausência de progresso técnico.

Contrariamente, os camponeses que conseguissem resistir a esse processo veriam o fundamento de sua produção transformado. Ou seja, para o autor, o desenvolvimento capitalista, quando não expropriava o campesinato das suas condições de reprodução, transformava os camponeses – quer queira ou não, quer se perceba ou não (LÊNIN, 1980) – em produtores de mercadorias.

*A pequena exploração, permanecendo pequena pela extensão de terra, transforma-se em grande exploração pelo volume da produção, desenvolvimento da pecuária, quantidade de adubos utilizados, desenvolvimento do emprego de máquinas, etc. (LÊNIN, 1980, p. 62).*

Conforme argumentou Lênin (1980), nessa modificação consiste o essencial, porque, ainda que o pequeno agricultor não explore o trabalho assalariado, essa “mudança é suficiente para fazer dele um antagonista do proletariado, para transformá-lo num pequeno burguês” (1980, p. 92). Esse produtor não vende sua força de trabalho, mas seu produto, não podendo deixar, como classe, de aspirar pelo aumento dos preços dos produtos agrícolas, os tomando solidários aos proprietários fundiários, com quem partilham a apropriação da renda: “por sua situação de classe, o pequeno agricultor toma-se inevitavelmente, à medida que se desenvolve a produção mercantil, um partidário da estrutura agrária existente, um *pequeno agrarista*” (LÊNIN, 1980, p. 92).

Assim, na perspectiva leninista, ou os camponeses integram-se à produção capitalista e sucumbem, por tornarem-se pequenos proprietários, ou não se integram e sucumbem, proletarizando-se. A tendência do desenvolvimento do capitalismo consistiria “na eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura” (LÊNIN, 1980, p. 64). Contrariamente, a abordagem que afirma não somente a reposição das condições para a constante recriação do campesinato e a necessidade da acumulação primitiva que incide sobre o mesmo para a realização ampliada da acumulação capitalista baseia-se, em grande medida, em argumentos discutidos por Rosa Luxemburgo em seu livro *A acumulação de capital* (1985).

Argumenta a autora que o capitalismo não restringiria suas formas de desenvolvimento ao processo de reprodução das relações capitalistas de produção, necessitando também do contato e da subordinação das relações não capitalistas, o que seria um momento indispensável da reprodução ampliada do capital.

Para que a acumulação se verifique é necessário encontrar *outros compradores* que adquiram essa partida de mercadorias em que se encontra o lucro destinado à referida acumulação. Os compradores necessários devem ter meios próprios de compra, **meios que sejam fornecidos por fontes próprias e perfeitamente autônomas, que nada tenham a ver com o bolso do capitalista** (LUXEMBURGO, 1985, p. 333, grifos nossos).

A autora formula esses questionamentos partindo de uma discussão sobre a necessidade de realização da mais-valia para a concretização do processo de acumulação. Luxemburgo (1985) procura compreender as condições de realização das mercadorias num contexto progressivo de **subconsumo**, conformado pela contradição entre poupança e acumulação capitalista, e, por isso, cada vez mais dependente do que a autora identificou como **rendas de terceiros**, provenientes das relações não capitalistas.

A produção da mais-valia apenas culmina no processo de acumulação quando a mesma se realiza, assumindo a forma dinheiro: “somente então, quando se consegue que a mercadoria toda, em seu conjunto, seja alienada por dinheiro correspondente a seu valor, é que se alcança o objetivo da produção” (LUXEMBURGO, 1985, p. 12). Para tanto, seria necessária a existência de um mercado suplementar, constituído por extratos ou nações não capitalistas.

Teve assim de estabelecer-se, desde o início, uma relação de troca entre a produção capitalista e o meio não capitalista, relação mediante a qual o capital encontraria a possibilidade de transformar sua mais-valia em ouro necessário à capitalização subsequente, bem como de providenciar as mercadorias necessárias à expansão da própria produção; de garantir, enfim, **o crescimento da força de trabalho proletarizada pela decomposição das formas não capitalistas de produção**. (LUXEMBURGO, 1985, p. 334-335, grifos nossos).

Com essa última perspectiva, a autora aponta para uma abordagem do desenvolvimento capitalista, cujo caráter expansivo não se limita à sua etapa imperialista, mas configura-se como seu próprio fundamento, solapando as bases da economia natural e implantando em seu lugar as da economia de mercado. Essa abertura na interpretação da autora nos permite questionar, como também faz Rodrigues (2009), se Rosa Luxemburgo defenderia a reprodução ou a recriação do campesinato como produto da reprodução ampliada das relações capitalistas ou se sugeriria uma tendência à substituição dos mesmos por relações capitalistas, acompanhada (por essa mesma substituição) de uma inevitável crise das condições de acumulação dessas relações.

Se, conforme sua argumentação, a acumulação primitiva é parte imprescindível do próprio processo de acumulação, não necessariamente dela deriva a possibilidade de recriação das condições para a existência desse processo, ou seja, a recriação de relações não capitalistas de produção. Ao contrário, a impossibilidade de reposição dessas condições pode indicar antes o esgotamento ou a crise das possibilidades de reprodução capitalista, identificados pela autora como características críticas do imperialismo, entendido como período final da trajetória histórica do capital.

Em função da centralidade que o debate sobre a acumulação primitiva adquire em sua obra, as reflexões de Rosa Luxemburgo são fundamentos importantes para a perspectiva que afirma a constante recriação das condições de reprodução do campesinato no debate promovido no interior da Geografia Agrária. Isso porque, para existir constante acumulação primitiva como fundamento no qual se baseia a acumulação, seria necessária a constante recriação de um meio não capitalista a ser expropriado. Com isso, o campesinato ressurgiu, o capital acumula extraindo do mesmo suas rendas (sobretudo da terra) e as perspectivas de crise dessas condições de acumulação não aparecem nos argumentos.

Buscamos outra interpretação para o desenvolvimento das relações capitalistas no campo que ultrapasse a cisão entre as duas abordagens a partir, sobretudo, da modernização brasileira e do debate sobre como a questão agrária foi produzida no Vale do Jequitinhonha e no Médio São Francisco. Assim, não podemos afirmar a proletarização total da sociedade, nem o completo fechamento da fronteira territorial nacional do capital, como formas centrais da subordinação ao trabalho, sob a pena de sustentar uma afirmação meramente lógica. Além disso, a ideia de uma submissão formal de relações não capitalistas que mantém sua forma social de reprodução inalterada (podendo constantemente ser recriada, sempre que a forma dos conflitos pela apropriação da terra na fronteira permite) não nos parece suficiente para pensar nas intersecções existentes entre as práticas dos trabalhadores mobilizados (inclusive as nossas) e as práticas camponesas, sobretudo as que vimos estudando desde 2003.

Antes de aprofundar a abordagem sugerida, desejamos assinalar esses limites mesmo na perspectiva assumida por Jean Paul de Gaudemar em *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital* (1977), quando discute a imposição da mobilidade do trabalho como forma de subordinação ao capital. Para ele, a mobilidade configura uma **característica** do trabalho, adquirida pelo mesmo no processo em que foi transformado na mercadoria força de trabalho. Um processo duplo de liberação fundamenta essa transformação: por um lado, os trabalhadores ficam livres de quaisquer amarras que pudessem restringir suas possibilidades de ir e vir, automobilizando-se; por outro lado, são liberados (leia-se aqui *expropriados*) dos seus meios de (re)produção e de subsistência, tendo que se submeter ao seu processo de mobilização pelo capital como única forma possível de sobrevivência.

A mobilidade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como a **condição de exercício de sua liberdade de se deixar sujeitar ao capital**, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital (GAUDEMAR, 1977, p. 190, grifos nossos).

A sugestão guarda uma perspectiva de reiteração do trabalho como relação ontológica, ao qual foi apenas imposta uma característica que condiciona as formas de sua subordinação ao capital. Essa abordagem pode ser notada especialmente quando o autor apresenta o aparecimento de uma economia propriamente capitalista no domínio de uma economia mercantil em geral, na qual o trabalho ainda não circula como uma mercadoria entre as outras. Reprodução contraditória do método da economia política

como um momento da crítica que revela que a própria produção mercantil apenas pôde se generalizar mediante o desenvolvimento da acumulação primitiva.

Ainda assim, afirmando a perspectiva crítica do conceito de mobilidade do trabalho, Gaudemar (1977) circunscreve todo um conjunto de imposições aos trabalhadores, como condição para a reprodução capitalista, que vão muito além da necessidade de sua mobilização espacial no mercado de trabalho, que somente aparenta ser homogêneo e pontual. Segundo Gaudemar, a mobilidade do trabalho

deve prestar-se às formas e transformações da organização do processo de trabalho. Duração, intensidade, produtividade de trabalho, são as suas palavras-chave. A mobilidade é a capacidade que permite à força de trabalho **adaptar-se às variações de jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior.** (GAUDEMAR, 1977, p. 194. Grifos nossos).

Quando se refere, contudo, ao problema do processo de aquisição da mobilidade pelo trabalhador, Gaudemar (1977) retoma as proposições de Rosa Luxemburgo (1985), aqui apresentadas brevemente, afirmando ser a acumulação primitiva parte constitutiva de todo o processo de acumulação capitalista e não apenas um desencadeador da sua imposição. Ou seja, a acumulação de caráter originário não teria esgotado o processo de subsunção real do trabalhador ao capital, motivo pelo qual os setores não capitalistas continuam sendo progressivamente incorporados, num processo constante e paulatino de expropriação, no qual seus trabalhadores são mobilizados.

A acumulação dita ‘primitiva’ (e as formas de mobilidade do trabalho lhe estão adstritas) **prossegue como elemento permanente do processo de acumulação. Perde apenas a sua predominância, o seu papel de condição necessária, quando a submissão real do trabalho ao capital é estabelecida num espaço dado; é então determinada pelas necessidades de reprodução do próprio capital; torna-se o elemento ‘exterior’ do aparelho de produção da força de trabalho que o capital requer, ao lado dos elementos ‘interiores’** que são a família, a escola, a formação profissional, etc. [...]. Enquanto o regime capitalista não se apoderou de *toda* a produção nacional, subsiste uma esfera social de acumulação primitiva, uma esfera que executa a passagem da submissão formal (‘dirige pelo menos indirectamente as camadas sociais que se mantêm a seu lado’) à subsunção real (‘e declinam a pouco e pouco com o modo de produção caduco que comportam’). Esta esfera que se vai reduzindo no *interior* do país é substituída pela esfera exterior das relações países que dominam/países dominados para onde o capitalismo só foi exportado mais tarde. À expropriação do camponês interior sucede a do indígena dos países colonizados e, muito rapidamente, a imigração. Assim, a única especificidade da acumulação ‘primitiva’ que justificaria a sua delimitação histórica e consequentemente a sua não permanência, seria ter sido pressuposição, condição indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, ao seu aparecimento fora das estruturas anteriores, à generalização da submissão real do trabalho (GAUDEMAR, 1977, p. 274-275, grifos nossos).

Ou seja, Gaudemar (1977) assinala, por um lado, a continuidade necessária da acumulação primitiva como parte do processo de expropriação capitalista e, por outro, a perda da predominância dessa relação como condição necessária quando a submissão real do trabalho ao capital foi generalizada num contexto dado. A acumulação primitiva persiste, porque persiste a existência dos espaços não capitalistas (cuja separação prossegue numa escala progressiva desde o momento em que se estabeleça o sistema capitalista). Ou, como igualmente assinalou Rosa Luxemburgo (1985), porque dela provém os elementos “externos” necessários para a continuidade da acumulação. Contudo, seu caráter necessário

para a constituição das forças de trabalho e de suas condições de subordinação modifica-se: a acumulação primitiva vai sendo adstrita aos momentos em que as condições de investimento do capital adicional exigem um aumento do capital variável, cuja resolução não se pode abreviar ao exercício da mobilidade que permite “pôr mais trabalho em movimento, se for necessário, sem um aumento no número de operários” (GAUDEMAR, 1977, p. 354).

Ainda assim, ele aborda a imposição da acumulação primitiva de maneira pontual, como se fosse desdobrada num espaço cujo caráter homogêneo o mesmo procura criticar. Ou seja, persiste em sua interpretação a capacidade da acumulação primitiva produzir trabalhadores ou submetê-los à forma real da subsunção, mesmo num espaço socioeconômico produzido pela expansão das relações capitalistas, justamente porque as relações (não capitalistas ou de subsunção formal) são pensadas como uma totalidade fechada e apartada da totalidade do capital. Nessa perspectiva, o que possibilita o trânsito entre essas duas totalidades seria justamente a ontologia do trabalho, permitindo aos trabalhadores autônomos se tornarem trabalhadores expropriados, sobretudo por, essencialmente, serem trabalhadores. A forma social que organiza essas duas totalidades parece ser diferente, e, ainda que se oculte na análise é possível apreendermos seu fundamento comum: a apologia do trabalho.

Partindo de uma crítica a essa forma de abordagem que organiza momentos da reflexão proposta por Gaudemar (1977), sugerimos a possibilidade de pensar na reposição da acumulação primitiva, nos contextos de conflitos territoriais e expropriação em que a mesma parece se manter, somente tomando em conta uma transformação total do seu sentido.

Assim, buscamos refletir sobre o significado da mobilização do trabalho não caso a caso e de forma pontual, pois não parece possível, pontualmente, instaurar para uma família ou comunidade camponesa um conjunto de relações que já se encontram pressupostas às suas condições de sobrevivência. Busca-se uma compreensão sobre o caráter da expropriação e os porquês dos contextos nos quais a mesma acontece, numa sociabilidade na qual o consumo, a monetarização, a inserção no espetáculo, a relação com o Estado e com o direito estão todos generalizados: mesmo para os que têm resguardado seu acesso à terra, para os que lutam pela mesma ou para os que se inserem nesse universo de maneira totalmente precarizada, sem dinheiro, trabalho e sem direitos.

Subvertendo os termos geralmente pensados sobre a imposição da mobilidade do trabalho, não a restringimos apenas ao desenrolar da acumulação primitiva e expropriação. Atentamos a expropriação silenciosa, manifesta no processo de generalização da forma mercadoria como forma social, fundamento não só das condições do camponês de pensar (sobre sua produção), mas no agir, praticar, trabalhar nos termos da equivalência abstrata do valor, a que estamos (todos) submetidos.

## **RETOMANDO OS ESTUDOS PARA DISCUSSÃO**

No Brasil, foi com o planejamento regional que se começou a operar no segundo e terceiro quartos do século XX sobre particularidades inseridas na reprodução capitalista. Em relação a isso, criticamos em pesquisas anteriores, o que aconteceu no Vale do Jequitinhonha (Leite, 2010; 2015) e no Médio São Francisco (Kluck, 2016). Em paralelo a este planejamento regional, o Estado brasileiro promoveu a modernização retardatária do Centro-Sul agrícola do país, fomentando a expansão da agroindústria, dentre elas a canaveira (Pitta, 2016), instaurando ali altos índices de mecanização.

Vale, e muito, explicitarmos que tais ímpetos do Estado como sujeito do processo histórico foram por nós interpretados como parte do devir do processo de acumulação do capital, em sua relação do geral com o particular, o que nos fazia problematizar o entendimento de sujeito absoluto daquele.

Desejamos destacar que criticamos a reposição do campesinato como uma totalidade apartada, ainda que submetida ao processo de modernização capitalista, sobretudo sua reprodução no Brasil durante a República Velha, momento que antecedeu a formação de uma classe trabalhadora e um mercado de trabalho nacional no país (Leite, 2010; 2015; Kluck, 2016 e Pitta, 2016). Nesses textos, investigamos processos de expropriação movidos pelo planejamento regional estatal nos anos de 1960 e 1970, no Vale do Jequitinhonha e no Médio São Francisco, que teriam sido responsáveis se não por aniquilar, ao menos por precarizar substancialmente as condições de reprodução de um campesinato que (em tese) teria se constituído e se reproduzido de maneira mais ou menos autônoma nessas regiões.

Nos limites do escopo desse artigo, não retomaremos detalhadamente os argumentos dos referidos textos, mas desejamos encetar uma nova problematização. Investigamos algumas formas de reprodução do trabalho livre determinadas pela produção direta dos meios de vida (MARTINS, 2004), num contexto subsequente ao fim da escravidão no Brasil: o regime de agregação no Vale do Jequitinhonha (Leite, 2010; 2015) e a parceria, a ajuda mútua e o uso comum das terras no Médio São Francisco (Kluck, 2016). Interpretamos a instauração e o desenvolvimento dessas relações no processo de modernização e mobilização do trabalho no território nacional em formação, no qual a situação de expansão da fronteira exigia o emprego da violência extra-econômica como condição da imposição do trabalho.

Assim, não nos interessou discutir somente a forma como o trabalho dos camponeses era submetido pelo processo de extração da renda fundiária (que aparecia como uma economia que o fazendeiro podia fazer quando não tinha que pagar salários aos trabalhadores por ele empregados), possibilitando uma acumulação de capital cujo caráter foi apresentado como marcadamente comercial. Nem criticar apenas a necessidade, imanente àquele processo de modernização, de transformar “as

relações de produção como meio para preservar a economia colonial” (MARTINS, 2004, p. 13): a bastante comentada necessidade de mudar para manter.

O debate que articulou as perspectivas acima indicadas anunciava como um dos seus principais argumentos que a produção de mercadorias no Brasil continuara submetida ao comércio (primado da circulação), atendendo tanto aos interesses dos agraristas e latifundiários nacionais, como dos imperialistas ingleses e, posteriormente, norte-americanos, que subordinavam as preocupações dos primeiros. E que a produção capitalista de relações não capitalistas ocorreria justamente “onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio” (MARTINS, 2004, p. 21).

Ao invés de simplesmente afirmar que a formação das condições necessárias à realização da acumulação capitalista apoiada “em seus próprios pés” (MARX, 1984, p. 262) ainda não tinha se realizado e que a acumulação primitiva tampouco havia se completado, buscamos discutir como as referidas relações participaram do processo de imposição dessas mesmas condições. Assim, estudamos a reprodução do campesinato durante a República Velha no Brasil, compreendendo as relações de trabalho que submetiam os camponeses para além da sua importância no processo de acumulação de fazendeiros e imperialistas.

Pensamos essas relações como momentos da acumulação das condições para a imposição de uma forma de subordinação do trabalho que possibilitasse à violência ficar restrita apenas à sua dimensão econômica. Apresentamos essa reflexão discutindo o processo de formação da superpopulação relativa no país. Como momento constitutivo do processo de acumulação dessa sobrepopulação relativa de trabalhadores, encontramos uma forma de territorialização que pressupunha o emprego da violência como mecanismo de imposição do trabalho, uma vez que a mesma ainda não podia ser reduzida ao exercício da dupla liberdade pelo trabalhador (Leite, 2010; 2015; Kluck, 2016).

Estudamos a criação da CODEVALE e do Distrito Florestal no Vale do Jequitinhonha (Leite, 2010; 2015) e da CODEVASF no Médio São Francisco (Kluck, 2016), o planejamento regional e seus incentivos fiscais, projetos de irrigação, eletrificação, estradas e cessão de terras devolutas para a instalação de empresas de capital nacional e internacional, impondo a expropriação do campesinato regional. Mas, problematizamos também, o sentido das relações, cujo aniquilamento foi mediado por essa intervenção estatal, interpretando-as como parte do processo de modernização regional que permitiu a superação das formas de acumulação coronelistas.

Esse processo, que apresentamos como de formação nacional da mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977), não pode ser entendido, não obstante, como generalização da proletarização ou do fechamento da fronteira nas comunidades estudadas (Leite, 2015), sob o risco de incorrer na reprodução da lógica dedutiva que desejamos criticar: mesmo com a expropriação de muitos

camponeses, tanto no Vale do Jequitinhonha, como no Médio São Francisco, outros conservaram suas possibilidades de manutenção e recreação das pequenas propriedades e posses, ainda que transformando outras de suas condições de sobrevivência.

## **REPRODUÇÃO CAMPONESA COMO REPRODUÇÃO DA FORMA SOCIAL**

Dessa autocrítica, partimos para discutir as formas atuais de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha e no Médio São Francisco, num contexto que acreditamos ser de generalização da mobilidade do trabalho, mesmo nos casos em que a expropriação (pontualmente) não ocorreu, conforme o debate apresentado acima. Para tanto, prosseguiremos discutindo algumas situações atualmente experimentadas pelos camponeses das comunidades estudadas, procurando elementos para problematizar a imposição do dinheiro, da mercadoria, do direito e do Estado como formas fundamentais da mediação social a que os mesmos se encontram submetidos.

Muitos dos dias passados na comunidade de São Pedro do Alagadiço<sup>2</sup> fomos acordados pelo rádio que despertava a todos com o programa *Manhã Sertaneja*, da *Aranãs* 105.3 FM, de Capelinha. Com a localização da comunidade, o sinal eletromagnético provinha mais fortemente desse último município do que do de Minas Novas, onde essa comunidade conforma, ao lado de outras, a Fazenda Alagadiço. Igualmente, o fim da “novela das oito” marcava o fechamento das portas e janelas de quase todas as casas da comunidade, indicando que o dia havia terminado e as visitas já não eram bem-vindas, porque chegara a hora de dormir. Por fim, se escutavam alguns poucos barulhos dos animais criados no terreiro, que reagiam quando a família apagava a lâmpada que ilumina o lado de fora da casa, seguidos do silêncio noturno unicamente interrompido pelo barulho das motocicletas que por vezes passavam na pista localizada acima da casa e pelo programa de rádio, que no dia seguinte nos despertava outra vez. O tempo então passava com toda a sua objetividade fantasmagórica, indicando um cotidiano marcado por um ritmo para a reprodução familiar não apenas repetitivo, mas também externo e abstrato.

Essa marca da imposição do tempo abstrato era novamente evidenciada nos conflitos existentes entre os pais do professor de filosofia da rede municipal de Minas Novas, que tinham me recebido em sua casa, nessa comunidade. As atitudes tomadas pelo patriarca, mediante o recebimento recente da aposentadoria, contrariavam cotidianamente sua esposa, que reivindicava ao mesmo que prosseguisse trabalhando para ajudar a sustentar a última de suas filhas que tinha saído de casa para concluir os estudos secundários em Capelinha e trabalhava como vendedora numa loja, com uma remuneração insuficiente para sua manutenção na cidade. O aposentado levantava cedo, diariamente, com o horário

---

<sup>2</sup> Pesquisa de campo realizada por Leite durante a confecção de sua tese de doutorado nos municípios de Minas Novas e Capelinha, ambos localizados em Minas Gerais.

do rádio, tomava o café preparado pela esposa, depois se transferia para a sala, onde deitava no sofá para assistir televisão, enquanto a companheira saía para trabalhar como camarada na colheita de café de uns compadres seus, moradores da comunidade vizinha de Quilombo.

Os dias que passamos na comunidade de São Pedro do Alagadiço revelaram igualmente a presença marcante dos eletrodomésticos na reprodução daquelas famílias: eram rádios, televisores, aparelhos de DVD, toda qualidade de equipamentos de cozinha, inclusive um fogão novo alojado na cozinha de dentro da casa, que havia sido calçada com as cobiçadas cerâmicas numa reforma recentemente realizava. O utensílio deveria continuar sem uso durante bastante tempo, pois todas as refeições continuavam sendo preparadas no fogão de lenha, numa cozinha fora da casa, onde passamos muitas noites de conversa, quase sempre interrompidas pelo horário do início da novela.

A ampliação do consumo de novos objetos e utensílios que não estavam presentes anteriormente no cotidiano daquelas famílias camponesas também foi notada nas comunidades visitadas nos Brejos do município de Barra<sup>3</sup>. Com a crescente expansão da eletrificação rural e da construção de estradas transformaram-se as condições materiais de acesso às mercadorias. São comprados engenhos de ferro, materiais de construção (azulejos, telhas e pias), bombas d'água, eletroeletrônicos, móveis e motos, para a entrega dos quais por vezes se recorria ao frete de caminhão.

Mas não apenas as condições materiais: também as relações sociais que organizam o acesso às coisas transformaram-se. Um morador do Brejo do Barbosa trabalha vendendo DVDs de shows e jogos para videogame em sua comunidade e nas do entorno. Ele viaja a cada quinzena para São Paulo para adquirir seu material para revenda. Além da recente eletrificação rural, diz que suas vendas foram estimuladas pela garantia de poder vender a prazo para os moradores que recebem a Bolsa Família, pois os mesmos sempre têm condições (monetárias) de quitar com ela as promissórias. Isso acontece também com os idosos que recebem a aposentadoria rural. Com o dinheiro obtido nesse trabalho, o posseiro mantém a produção em sua parcela, em que produz contratando diaristas.

Em muitas comunidades localizadas nos municípios do Vale do Jequitinhonha, a presença de diaristas cultivando as roças também se tornou constante, sobretudo com o advento da monetarização possibilitada pelo recebimento das aposentadorias. Essa presença pode ser notada com frequência lado a lado ao abandono, por muitos, do cultivo dos roçados, em favor do plantio de hortas nos terreiros próximos a casa. Muitos dos aposentados dizem que de primeiro faziam (capinavam, brocavam, semeavam, roçavam, colhiam), mas não agora: pagam pra fazer e só olham.

---

<sup>3</sup> Pesquisa de campo realizada por Kluck durante a confecção de sua tese de doutorado nos Brejos do município de Barra, localizado na Bahia.

Como interpretou Silva (2008), a prática de **comer verde** persiste em muitas comunidades camponesas. Mesmo quando não são feitos roçados, com uma produção que pode ser armazenada e comercializada, inclusive fora da estação, quando as mercadorias alcançam os melhores preços, os camponeses plantam um quintal para o consumo da família que vai ser realizado durante a própria safra, quando comem, por exemplo, os feijões, enquanto estão verdes: “porque a gente mora no interior, é ruim demais não ter nem ao menos pra comer verde” (SILVA, 2008, p. 267).

Em comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha e no Médio São Francisco, escutamos diversas vezes que existem certos produtos (por exemplo, o arroz) cujo custo de produção não compensa por ser maior que o preço encontrado no mercado. Também ouvimos constantes reclamações de que a produção se torna cada vez mais difícil de ser realizada, porque a terra ou não é propícia para a produção agrícola ou ficou cansada depois de tanto uso.

Essas situações somam-se às descritas anteriormente, uma vez que a monetarização promovida pelo recebimento de aposentadorias e bolsas, ou seja, reiterada na relação entre camponeses e Estado, garante também o consumo que vai abastecer as despensas com produtos das feiras, que permite comprar o milho que alimenta a criação (quando o dinheiro não é empregado na contratação de camaradas). Esse processo de monetarização provém muitas vezes também do crédito, que, além de poder ser tomado na relação com o Estado, como no PRONAF, para comprar gado ou outros animais, igualmente é acessado nos empréstimos de crédito pessoal. Muitas vezes as próprias lojas, semelhantes às Casas Bahia, fazem seus crediários, o que evita que os compradores tenham de recorrer às financeiras.

Uma situação ímpar que vivenciamos coincidentemente nas comunidades de Ribeirão da Capivara<sup>4</sup> e de Brejo do Mato Escuro<sup>5</sup> foi o advento da eletrificação, acompanhada da chegada de caminhões fretados por lojas de eletroeletrônicos e domésticos, que visitavam as comunidades quase que simultaneamente aos caminhões do programa *Luz para Todos*, oferecendo as novas mercadorias que poderiam ser utilizadas. Enquanto algumas famílias visitadas compravam os equipamentos vendidos quase que no ato da instalação da energia elétrica, outras famílias já possuíam, por exemplo, geladeiras e televisores e contavam os dias para poderem utilizá-los com o início do fornecimento de energia elétrica.

A distribuição de crédito para esses camponeses evidencia a necessidade de realizar uma decisão que não se efetiva nas suas condições e opções de consumo, mas sim, antes, foi tomada na produção (social de mercadorias). Os créditos que permitem a esse campesinato ascender à chamada classe C

---

<sup>4</sup> Pesquisa de campo realizada por Leite durante a confecção de sua tese de doutorado no município de Caraí, localizado em Minas Gerais.

<sup>5</sup> Pesquisa de campo realizada por Kluck durante a confecção de sua tese de doutorado nos Brejos do município de Barra, localizado na Bahia.

resultam, portanto, como necessidades e possibilidades para solver o contexto atual de superprodução de mercadorias. A noção de circulação simples, utilizada constantemente para caracterizar o circuito M-D-M, no qual se insere a produção camponesa, deixa transparecer, em sua relação com o sistema financeiro, suas conexões com o processo de reprodução ampliada: processo de acumulação fictício de promessas de valorização do capital dinheiro emprestado que, sendo vendido para o consumo, não poderá ser valorizado na produção.

E não apenas o crédito expõe a relação contraditória aludida: a venda de produtos para a compra de outros, a utilização das rendas improdutivas distribuídas pelo Estado que permite a substituição da produção pela proeminência do produto comprado na cidade, na *rua*. São todos momentos da necessidade de realização das mercadorias superproduzidas possibilitam a reprodução camponesa, sobretudo como um consumidor e, portanto, em um processo de reprodução crítica. Mesmo diante dessa condição proeminente de consumidores, reiteramos os circuitos de mobilização do trabalho (improdutivo) que essas rendas criam: empregam diaristas para o trato de roçados e criações e outros empregados, também domésticos que ajudam a cuidar de idosos e crianças, distribuindo um dinheiro que aparece como custo no orçamento estatal.

São consumidores principalmente porque suas condições de reprodução como camponeses é negada pelo processo que também lhes permite contabilizar se a produção compensa ou não frente ao preço dos produtos que podem ser adquiridos no mercado: as terras parecem pouco férteis e produzem uma colheita diminuta, ocultando a necessidade de remuneração do trabalho que pode permitir a continuidade da produção. A diminuição do emprego do trabalho familiar na terra, acompanhada da utilização das aposentadorias que possibilitam a contratação de camaradas e diaristas define as condições nas quais a compra do produto tem um custo menor que a produção. Justamente porque o salário de alugado tem que permitir a reprodução desse trabalhador consumindo os produtos da cidade.

O processo de reprodução camponesa, que parece atravessar contraditoriamente diferentes temporalidades (MARTINS, 1992) encontra suas determinações: na história de muitas famílias das comunidades visitadas o momento que sucede os novos casamentos são os de maior penúria, por causa do número reduzido de braços para trabalhar na lavoura. Passadas as fases de maiores facilidades, quando há muitos filhos para ajudar no roçado e na criação, o atual momento, determinado pela facilidade de acesso ao dinheiro e às mercadorias, caracteriza-se pela diminuição paulatina da presença dos filhos na reprodução. Muitas vezes inclusive por fazer parte das estratégias de reprodução das famílias que possuem aposentados o envio dos mais jovens para estudar e trabalhar nas cidades.

Nesse contexto de presença e ausência dos conteúdos sociais que confirmam a reprodução camponesa, encontramos os termos de sua reposição crítica. As formas de mediação que organizam e

permitem essa reprodução passam necessariamente pela relação desses trabalhadores (assim mobilizados) com o Estado, o direito, o acesso ao dinheiro que permite consumir mercadorias. Marcam uma reprodução que promove o encontro das temporalidades que pareciam descompassadas e instauram os termos da impossibilidade de realização desses trabalhadores como camponeses. Marcam também a impossibilidade de sua realização na condição de expropriados, uma vez que os trabalhadores assalariados também experimentam os resultados de sua descartabilidade no processo de acumulação do capital, revelando assim que o processo crítico de reprodução camponesa coincide com o processo crítico de reprodução da sociedade capitalista como um todo.

A crítica do trabalho como forma de subjetivação social da mediação social da mercadoria, forma contraditória em processo, exige a não positivação de nosso trabalho de críticos sociais. Como mais um trabalho, esse se determina pela própria forma em processo contraditório de acumulação crítica. Seu caráter inacabado e contraditório faz com que a própria crítica seja também inacabada e contraditória, desejando sua implosão, conforme a desejada extinção dessa forma social determinante como crítica.

A possibilidade desta elaboração que leva em consideração este seu caráter nos permitiu empreender, no texto apresentado, uma síntese da tentativa de compreensão da inserção concreta do camponês no momento atual crítico de reprodução da forma social da mercadoria, como crítica da lógica dedutiva. No momento em que trabalho ao ser substituído do processo produtivo por trabalho morto e que a reprodução ampliada do capital ocorre por meio da circulação especulativa do capital fictício (KURZ, 1999), a dívida pública (fundamentada na dívida dos Estados Unidos como maior devedor mundial) passa a ser a base de sustentação, via políticas públicas distributivistas, de reprodução da empresa capitalista, do trabalho assalariado e do camponês (entre outros).

O trabalho em crise, incapaz de valorizar o valor, se apresenta como relação social historicamente determinada e necessária de ser criticada e abolida, trazendo consigo a necessidade de suplantação do Estado e do mercado, não podendo o trabalho ser positivado como ontologia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS FORMAS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA EM CONTEXTO DE CRISE DE REPRODUÇÃO DA TOTALIDADE FRAGMENTADA CAPITALISTA**

Por meio da apresentação de nossas pesquisas acerca das formas de reprodução contemporânea de comunidades camponesas do Vale do Jequitinhonha/Mg e nos Brejos da Barra/Ba, buscamos cotejar criticamente tais particularidades por nós apreendidas com as formulações que a teoria social brasileira apresentou para discutir a questão agrária. Estas ora vislumbravam uma total proletarização do

campesinato por meio de sua expropriação da terra como meio de produção; ora formulavam, por meio da concepção de relação entre duas totalidades apartadas (a capitalista e a camponesa), uma reposição de processos de acumulação primitiva como essenciais para reprodução capitalista, o que fomentaria uma reprodução necessária do campesinato para tanto.

Por meio da perspectiva crítica acerca das diferentes formas de reprodução da mobilização do trabalho (GAUDEMAR, 1977), buscamos sucintamente demonstrar que entre o período regional que sucedeu o fim da escravidão no Brasil e o início dos processos de modernização retardatária movidos pelo Estado brasileiro nos anos 1960 e 1970, estaríamos diante de um processo de formação de uma superpopulação relativa no país, por meio do processo de imposição do trabalho via violência extra-econômica, concomitante a processos de expropriação que separavam trabalhadores e meios de produção, obrigando os primeiros à venda de sua força de trabalho para sobreviverem.

Após os anos 1960 e 1970, porém, o que se observa não é uma generalização da expropriação da terra nem o fim da expansão da fronteira agrícola no país, o que para muitos confirmaria a reposição do campesinato (como uma “recampenização”) e de processos de acumulação primitiva como forma de ser da acumulação capitalista.

Partindo, porém, do ponto de vista da mercadoria como forma de ser da totalidade fragmentada capitalista como forma social, sugerimos que diversas características encontradas nas particularidades das comunidades camponesas apresentadas no presente artigo permitiriam a nós também questionarmos tal formulação. A mediação do dinheiro no seio das próprias comunidades camponesas como crescente monetarização, o consumo de mercadorias nos moldes do apresentado pelas camadas proletarizadas dos trabalhadores, a decisão por contratar camaradas para trabalhar a terra ou de consumir produtos do mercado ao invés de produzi-los na própria terra eram recorrentes e visíveis nas realidades por nós visitadas.

O acesso ao capital fictício estatal nos anos recentes, após início do século XXI, por meio de crédito para produção e realização de mercadorias, aposentadoria rural, ou programas sociais como o Bolsa Família (por exemplo), fez-nos formular que – apesar do campesinato contemporâneo ainda apresentar relativo acesso à terra como meio de produção – as transformações da forma social em que se inserem como totalidade fragmentada em processo de desdobramento de sua contradição imanente, a forma mercadoria em processo crítico, também faziam com que tivéssemos que apreender tal campesinato como transformado em relação àquele lido como paradigmático do momento de formação regional. Apesar de manter relativamente a terra como meio de produção, este teria se monetarizado e estaria mobilizado para o trabalho no momento da crise deste, assim como o trabalhador assalariado expropriado dos meios de produção, já desde o momento histórico anterior.

Vale a ressalva de que partimos da crítica da forma social da mercadoria mediando trabalhadores assalariados e campesinato em seus processos de desdobramento contraditório e crítico – o qual teria atingido um momento de crise categorial com a expulsão do trabalho do processo produtivo, permitindo questionarmos como se faz viável a acumulação de capital via valorização do valor sem exploração do trabalho no processo produtivo. Pudemos sugerir que é tal momento do desdobramento contraditório da forma social que explicaria o advento do capital fictício como forma de ser da reprodução do capital hoje em crise, determinando o consumo de mercadorias por parte do campesinato (nos moldes do que ocorre com o trabalhador assalariado, aproximando-os, mesmo com o acesso à terra por parte do campesinato) como forma de tentativa de realização da superprodução capitalista, transformando os termos de reprodução deste mesmo campesinato, que não mais produz para sua própria reprodução (conforme aparecia fazendo anteriormente), mas se media pelo Estado, pelos direitos sociais e pelo capital fictício, ou seja, pela sua monetarização hegemônica. Neste aspecto, se aproxima novamente do trabalhador assalariado, que não encontra trabalho para se reproduzir, em razão do desemprego estrutural da crise da sociedade do trabalho, momento contemporâneo do capital como totalidade fragmentada.

## **REFERÊNCIAS**

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Presidente Prudente: UNESP, 2011 (Tese do Programa de Pós-Graduação em Geografia).
- GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.
- HEIDEMANN, Heinz Dieter. *Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador*. In: SILVA, Sidney Antonio da (org.). **Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar**. Manaus: Universitária/UFAM, 2010.
- KLUCK, Erick. **Quando o planejamento vai para o Brejo: mobilização, migração e colapso da modernização**. São Paulo: USP, 2016 (Tese do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana).
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização:** da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha:** da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. São Paulo: USP, 2015 (Tese do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana).

\_\_\_\_\_. **A modernização do Vale do Jequitinhonha e o processo de formação dos 'boia-fria' em suas condições regionais de mobilização do trabalho.** São Paulo: USP, 2010 (Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana).

LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América.** Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Editoral Brasil Debates, 1980.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital.** Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. **Tempo da vida e tempo da história no mundo camponês.** São Paulo: USP, 1992 (Tese de Livre docência em Sociologia).

\_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. Tomo II (Volume I/II). São Paulo: Abril Cultural, Série “Os economistas”, 1984.

NAVARRO, Zander. *Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica.* In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro e NAVARRO, Zander (orgs). **A agricultura brasileira.** Desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI.* In: MARQUES, Marta Inês Medeiros e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.). **O campo no século XXI: um território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

PITTA, Fábio Teixeira. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista:** do Proálcool à crise de 2008. São Paulo: USP, 2016 (Tese do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana).

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. **A questão agrária, o Brasil e Caio Prado Júnior**. São Paulo: Mimeo, 2009.

SILVA, Ana Cristina Mota. **Circulação simples, reprodução ampliada**: produção espacial e contradição agrário-urbana no município de Itapipoca, Ceará. São Paulo: USP, 2008 (Relatório de Bolsa de Pós-doutorado em Geografia Humana).

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. São Paulo: Zahar, 1981.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.